

MGC Holding S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

com Relatório dos auditores independentes

MGC Holding S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
MGC Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **MGC Holding S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MGC Holding S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a Companhia mantém saldo de mútuo a receber com parte relacionada, representado por operação com a MGC Capital Consultoria e Participações Ltda., registrado no ativo não circulante no montante de R\$ 1.197.200 em 31 de dezembro de 2025. Conforme divulgado pela Administração, a referida operação foi realizada em condições específicas acordadas entre as partes, não prevendo remuneração pactuada nem prazo formal de vencimento previamente determinado, sendo sua realização dependente de definições futuras entre as partes envolvidas. Caso essa operação fosse contratada com terceiros independentes, em condições usuais de mercado, os valores, prazos, encargos e demais condições poderiam ser diferentes daqueles registrados nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Efeito reflexo do reconhecimento de créditos tributários na investida

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, que descreve o efeito reflexo, na Companhia, do reconhecimento de créditos tributários relacionados ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos — PERSE pela investida MGC Capital Consultoria e Participações Ltda. Conforme divulgado na referida nota, a investida reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, créditos tributários no montante de R\$ 3.368.347, em contrapartida ao resultado do exercício, com base em estudo técnico-tributário e opinião legal obtida por sua Administração. Considerando a participação societária de 97,43% detida pela Companhia na investida, o efeito reflexo estimado desse reconhecimento no resultado de equivalência patrimonial, no resultado do exercício e no patrimônio líquido da Companhia corresponde a aproximadamente R\$ 3.281.780. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, a realização desses créditos pela investida depende da manutenção das condições legais e documentais que suportaram seu reconhecimento, da homologação das compensações efetuadas e/ou a efetuar e da não contestação pelas autoridades fiscais dentro dos prazos legais aplicáveis. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório dos auditores independentes contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

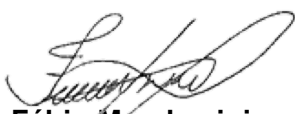
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Marchesini
Contador CRC 1SP-244.093/O-1



Leonardo Boiani Antoniazzi
Contador CRC 1SP-255.559/O-5

MGC Holding S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	289	135	Obrigações tributárias	-	-	43
Tributos a recuperar	-	1.061	1.061	Total do passivo circulante		-	43
Total do ativo circulante		1.350	1.196				
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Créditos diversos	-	1.557	1.399	Capital social	8	21.280.000	21.280.000
Mútuo a receber com partes relacionadas	5	1.197.200	1.208.900	Ajuste de avaliação patrimonial	6	(3.014.253)	(800.724)
Investimentos	6	11.327.743	14.297.947	Prejuízos acumulados	-	(5.737.897)	(4.969.877)
Total do ativo não circulante		12.526.500	15.508.246	Total do patrimônio líquido		12.527.850	15.509.399
Total do ativo		12.527.850	15.509.442	Total do passivo e do patrimônio líquido		12.527.850	15.509.442

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGC Holding S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2025	2024
Receitas e (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	-	(11.647)	(23.258)
		(11.647)	(23.258)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(11.647)	(23.258)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-	(81)	(87)
Receitas financeiras	-	383	4.145
		302	4.058
Prejuízo operacional antes das participações societárias		(11.345)	(19.200)
Resultado de equivalência patrimonial	6	7.467.314	3.115.834
Perda com distribuição desproporcional de lucros	6	(8.223.989)	(2.818.529)
Lucro líquido / (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		(768.020)	278.105
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9	-	-
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		(768.020)	278.105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGC Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	(768.020)	278.105
Outros resultados abrangentes	(2.213.529)	(800.724)
Resultado abrangente do exercício	(2.981.549)	(522.619)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGC Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízo acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>20.100.000</u>	<u>-</u>	<u>(5.247.982)</u>	<u>14.852.018</u>
Aumento de capital	8	1.180.000	-	-	1.180.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	278.105	278.105
Perda na alteração de participação societária	6	-	(800.724)	-	(800.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>21.280.000</u>	<u>(800.724)</u>	<u>(4.969.877)</u>	<u>15.509.399</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(768.020)	(768.020)
Perda na alteração de participação societária	6	-	(2.213.529)	-	(2.213.529)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>21.280.000</u>	<u>(3.014.253)</u>	<u>(5.737.897)</u>	<u>12.527.850</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGC Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Das atividades operacionais		
Lucro líquido / (Prejuízo) antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(768.020)	278.105
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Resultado da equivalência patrimonial	(7.467.314)	(3.115.834)
Perda por distribuição desproporcional de lucros	8.223.989	2.818.529
Aumento/ (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Tributos a recuperar	-	(933)
Outros créditos	(158)	(178)
Obrigações tributárias	(43)	(57)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.546)	(20.368)
Das atividades de financiamento		
Mútuo a receber com partes relacionadas	11.700	(1.153.900)
Mútuo a pagar com partes relacionadas	-	(11.200)
Integralização de capital	-	1.180.000
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	11.700	14.900
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	154	(5.468)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início dos exercícios	135	5.603
No final dos exercícios	289	135
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	154	(5.468)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

1. Informações gerais

A MGC Holding S.A. (“Companhia”) foi constituída em 22 de agosto de 2015, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, investidora, quotista ou acionista, bem como a realização de investimentos e empreendimentos de qualquer natureza, a atividade de holding de instituições não financeiras, consultoria em gestão empresarial, investimentos em aquisição de direitos creditórios e intermediação, mediação e agenciamento de negócios ou serviços em geral, exceto imobiliários e securitários.

Durante o exercício de 2022, a Companhia passou a integrar o MGC Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que detém a totalidade de seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, a principal atividade da Companhia está substancialmente relacionada à manutenção de investimento na MGC Capital Consultoria e Participações Ltda. (“MGC Capital” ou “investida”), sociedade que atua, diretamente e por meio de suas controladas, em operações relacionadas à aquisição, gestão, cobrança e recuperação de direitos creditórios, incluindo carteiras de créditos inadimplidos ou de recuperação incerta, bem como na prestação de serviços de apoio à renegociação de dívidas, reorganização de passivos, estruturação de soluções financeiras e gestão de processos de recuperação extrajudicial de créditos.

A MGC Capital também atua na administração, gestão e investimento em créditos financeiros, na estruturação de operações de reorganização de passivos, na prestação de serviços de consultoria em gestão e estratégia empresarial e na participação societária em outras sociedades que desenvolvem atividades correlatas ou complementares.

Embora a Companhia detenha participação societária relevante na MGC Capital, a administração e a condução das decisões relevantes da investida são realizadas pelos demais quotistas, pessoas físicas. Dessa forma, a Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo o investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da MGC Holding S.A. (“Companhia”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis às operações da Companhia.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras--Continuação

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC aplicáveis às suas operações e vigentes em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 10 de junho de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.2. Base de apresentação, mensuração e uso de estimativas

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando determinado de outra forma pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras.

As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração incluem, entre outros aspectos, a avaliação do investimento na MGC Capital Consultoria e Participações Ltda. pelo método da equivalência patrimonial, a análise de recuperabilidade desse investimento, a mensuração e classificação de instrumentos financeiros, a análise de realização de créditos tributários, a avaliação de ajuste a valor presente de saldos com partes relacionadas, quando aplicável, e a mensuração de provisões para demandas administrativas e judiciais.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas originalmente reconhecidas, sendo os efeitos de eventuais revisões registrados prospectivamente no resultado do exercício, quando aplicável.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda utilizada na apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos apresentados estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação**2.4. Base de mensuração**

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando incorridos, independentemente de seu recebimento ou pagamento, observados os critérios de reconhecimento e mensuração previstos nos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente em futuro previsível, considerando, entre outros fatores, sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização de seus ativos, os vencimentos de suas obrigações, sua estrutura de capital, a manutenção de seu investimento na MGC Capital Consultoria e Participações Ltda. e o suporte financeiro necessário para o cumprimento de suas obrigações no curso normal dos negócios.

Com base nessa avaliação, a Administração entende que a Companhia possui capacidade operacional e financeira para manter suas atividades e cumprir suas obrigações no curso normal dos negócios. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Administração não identificou, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Em geral, são consideradas equivalentes de caixa as aplicações financeiras com vencimento original de até três meses, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Investimentos

O investimento mantido pela Companhia na MGC Capital Consultoria e Participações Ltda. é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o CPC 18 (R2) — Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, e com a ICPC 09 (R2), quando aplicável.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e ajustado posteriormente pela participação da Companhia no resultado e nas demais mutações do patrimônio líquido da investida. O resultado de equivalência patrimonial é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia detém participação societária relevante na MGC Capital Consultoria e Participações Ltda., contudo, a administração e a condução das decisões relevantes da investida são exercidas pelos demais quotistas. Dessa forma, a Administração concluiu que a Companhia não detém controle sobre a investida para fins de consolidação, razão pela qual não apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração avalia, ao final de cada exercício ou quando houver indicativos de perda, a recuperabilidade do investimento, considerando, entre outros fatores, a posição patrimonial da investida, seus resultados, fluxos de caixa esperados, perspectivas operacionais e demais informações disponíveis.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração avalia, ao final de cada exercício ou quando houver indicativos de perda, se existem evidências de que ativos não financeiros possam estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor recuperável é estimado e eventual perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável.

3.4. Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de evento passado, quando é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e quando o valor pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação na data-base das demonstrações financeiras, considerando os riscos e incertezas relacionados à obrigação.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Provisões e contingências--Continuação

As provisões para demandas judiciais e administrativas são constituídas com base na avaliação da Administração, suportada, quando aplicável, por seus assessores jurídicos, considerando a natureza dos processos, as evidências disponíveis, a legislação aplicável, a jurisprudência, as decisões existentes e demais circunstâncias relevantes.

As perdas classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente. As perdas classificadas como possíveis são divulgadas em nota explicativa, quando relevantes, e as perdas classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto em situações excepcionais em que sua divulgação seja necessária para a adequada compreensão das demonstrações financeiras.

3.5. Impostos e contribuições

3.5.1. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com a legislação vigente, observando o regime tributário aplicável à Companhia. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder o limite legal, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%, quando aplicável.

3.5.2. Imposto sobre vendas

As receitas eventualmente auferidas pela Companhia estão sujeitas, quando aplicável, à incidência de PIS, COFINS, ISS ou outros tributos, de acordo com sua natureza e com o regime tributário aplicável.

3.5.3. Reforma tributária Brasileira

Em decorrência da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, entre outros atos, pela Lei Complementar nº 214/2025, foram estabelecidas alterações relevantes na tributação incidente sobre o consumo, com implementação gradual a partir de 2026, incluindo a substituição progressiva de determinados tributos atualmente existentes por novos tributos, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A Administração acompanha a evolução da regulamentação aplicável e avalia os potenciais impactos dessas alterações sobre a carga tributária, formação de preços, fluxos de caixa, processos operacionais, sistemas de informação e cumprimento de obrigações acessórias da Companhia.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação**3.5. Impostos e contribuições--Continuação****3.5.3. Reforma tributária Brasileira--Continuação**

Considerando que a implementação do novo sistema tributário ocorrerá de forma gradual e ainda depende de regulamentações complementares e definições operacionais, os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia serão avaliados à medida que as normas e orientações aplicáveis forem emitidas.

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados a valor presente quando o efeito é relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Ativos e passivos de curto prazo são ajustados a valor presente somente quando o efeito é considerado relevante.

A Administração avalia periodicamente a existência de operações com componente financeiro significativo, especialmente saldos com partes relacionadas sem remuneração pactuada ou prazo formal de vencimento. Quando aplicável, os efeitos do ajuste a valor presente são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Administração não identificou efeitos relevantes de ajuste a valor presente a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.7. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto, em conformidade com o CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.8. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se realizá-lo, vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- é mantido principalmente para negociação;
- espera-se realizá-lo no prazo de até doze meses após a data do balanço; ou
- trata-se de caixa ou equivalente de caixa, salvo quando houver restrição para sua troca ou utilização na liquidação de passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Classificação circulante e não circulante--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- é mantido principalmente para negociação;
- deve ser liquidado no prazo de até doze meses após a data do balanço; ou
- a Companhia não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.9. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, impostos a recuperar, outros créditos, mútuos com partes relacionadas e obrigações a pagar, quando aplicável.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, no caso de instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados e mensurados de acordo com o modelo de negócios adotado pela Administração para sua gestão e com as características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme aplicável.

Os passivos financeiros são, em geral, mensurados ao custo amortizado, exceto quando designados ao valor justo por meio do resultado ou quando outra forma de mensuração for requerida pelas práticas contábeis aplicáveis.

A Administração avalia, em cada data de balanço, a necessidade de reconhecimento de perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, considerando informações históricas, condições atuais e expectativas razoáveis e suportáveis sobre eventos futuros.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

A Administração entende que os valores contábeis dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras aproximam-se de seus respectivos valores justos, em razão da natureza, dos prazos de vencimento e das condições de realização ou liquidação desses instrumentos.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Normas emitidas mas ainda não vigentes

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras haviam sido emitidas normas e alterações normativas que ainda não eram de adoção obrigatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. No caso das normas internacionais emitidas pelo IASB, seus efeitos devem ser avaliados em conjunto com o processo de convergência e aprovação no Brasil, quando aplicável.

A Administração acompanha a evolução dessas normas e avaliará seus efeitos quando de sua adoção obrigatória. Com base em análise preliminar, não se esperam impactos relevantes de reconhecimento ou mensuração nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo eventuais efeitos restritos, principalmente, à forma de apresentação e às divulgações.

As principais normas e alterações aplicáveis são:

- (a) **CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 foi emitida pelo IASB em abril de 2024 e substitui o IAS 1 – Presentation of Financial Statements, entrando em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, sujeita às aprovações regulatórias cabíveis. No Brasil, sua convergência ocorreu por meio do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, aprovado em 10 de outubro de 2025 e divulgado em 7 de janeiro de 2026. A norma introduz novos requisitos de apresentação e divulgação, especialmente na demonstração do resultado, incluindo categorias definidas para apresentação do desempenho financeiro. A Companhia avalia que os impactos deverão estar relacionados, principalmente, à apresentação das demonstrações financeiras e às divulgações.
- (b) **Alterações correlatas ao IAS 7 / CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Foram emitidas alterações correlatas à introdução da IFRS 18, as quais podem afetar aspectos de apresentação e divulgação relacionados à demonstração dos fluxos de caixa. A Administração avaliará eventuais ajustes aplicáveis quando da vigência da norma e de seus efeitos no ambiente regulatório brasileiro.
- (c) **Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 9 e IFRS 7 relacionadas à classificação, mensuração e divulgações de instrumentos financeiros. Considerando que a Companhia possui estrutura simples de instrumentos financeiros, não são esperados impactos relevantes além de eventuais divulgações adicionais.
- (d) **Melhorias anuais às normas IFRS:** O IASB emite periodicamente melhorias pontuais às normas vigentes. A Administração acompanhará sua incorporação às normas brasileiras e avaliará seus efeitos quando aplicáveis. Em julho de 2024, o IASB emitiu melhorias anuais envolvendo, entre outras, IFRS 7, IFRS 9 e IAS 7, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos	289	135

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

5. Operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a saldo de mútuo a receber mantido com a MGC Capital Consultoria e Participações Ltda. ("MGC Capital"), investida da Companhia avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos estavam assim representados:

	2025	2024
Ativo não circulante		
MGC Capital Consultoria e Participações Ltda.	1.197.200	1.208.900

Os mútuos com partes relacionadas foram realizados em condições específicas acordadas entre as partes, não prevendo remuneração pactuada, garantias ou prazo formal de vencimento previamente determinado. A realização desses saldos depende de definições futuras entre as partes envolvidas e, por essa razão, os valores foram classificados no ativo não circulante.

Caso essas operações fossem contratadas com terceiros independentes, em condições usuais de mercado, os prazos, encargos, garantias e demais condições poderiam ser diferentes daqueles pactuados entre as partes relacionadas.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos valores registrados e, em 31 de dezembro de 2025, não identificou necessidade de constituição de perda esperada de crédito.

6. Investimentos

Os investimentos da Companhia referem-se à participação societária mantida na MGC Capital Consultoria e Participações Ltda. ("MGC Capital" ou "investida"), avaliada pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) — Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a composição do saldo era a seguinte:

Composição de saldos - investimentos	% Participação	2025	2024
MGC Capital Consultoria e Participações Ltda.	97,43%	11.327.743	14.297.947

Embora a Companhia detenha participação societária relevante na MGC Capital, a administração e a condução das decisões relevantes da investida são exercidas pelos demais quotistas, pessoas físicas, nos termos dos instrumentos societários e de governança aplicáveis. Dessa forma, a Administração concluiu que a Companhia não detém controle sobre a investida para fins de consolidação, razão pela qual não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo o investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Durante o exercício de 2024, os recursos transferidos à investida, anteriormente registrados como adiantamento para futuro aumento de capital — AFAC, foram efetivamente integralizados ao capital social da MGC Capital.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

6. Investimentos**6.1. Movimentação dos investimentos**

	2025	2024
Saldo inicial	14.297.947	8.801.366
(+) Integralização de capital social – via AFAC	-	6.000.000
(+/-) Perda na alteração de participação societária	(2.213.529)	(800.724)
(+/-) Resultado de Equivalência patrimonial	7.467.314	3.115.834
(+/-) Perda por distribuição desproporcional de lucros	(8.223.989)	(2.818.529)
Saldo final	11.327.743	14.297.947

A equivalência patrimonial reconhecida no resultado reflete a participação da Companhia no resultado da investida no exercício. A perda por distribuição desproporcional de lucros decorre da destinação de resultados da MGC Capital em proporção distinta da participação societária da Companhia, conforme disposições societárias e deliberações aplicáveis, reduzindo o valor contábil do investimento.

A perda na alteração de participação societária decorre dos efeitos reflexos das movimentações no patrimônio líquido da investida e das alterações na participação relativa da Companhia, quando aplicável.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade do investimento, considerando as informações financeiras da investida, seus resultados, perspectivas operacionais, fluxos de caixa esperados e demais informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2025, exceto pelos efeitos mencionados abaixo, a Administração não identificou necessidade de registro adicional de perda por redução ao valor recuperável do investimento.

6.2. Efeito reflexo do reconhecimento de créditos tributários na investida

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras da MGC Capital Consultoria e Participações Ltda., a investida reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, créditos tributários relacionados ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos — PERSE, instituído pela Lei nº 14.148/2021, no montante de R\$ 3.368.347, em contrapartida ao resultado do exercício.

O reconhecimento desses créditos pela investida foi efetuado com base em estudo técnico-tributário e opinião legal obtida pela Administração da MGC Capital, que avaliaram a aplicabilidade do benefício às suas atividades, os períodos abrangidos pela legislação, a documentação suporte disponível e as interpretações aplicáveis à época dos fatos geradores.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

6. Investimentos--Continuação

6.2. Efeito reflexo do reconhecimento de créditos tributários na investida--Continuação

Como o investimento da Companhia na MGC Capital é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, o referido reconhecimento impactou reflexamente o resultado de equivalência patrimonial, o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Companhia. Considerando a participação societária de 97,43% detida pela Companhia na investida, o efeito reflexo estimado do crédito tributário reconhecido pela MGC Capital corresponde a aproximadamente R\$ 3.281.780 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração entende que o reconhecimento efetuado pela investida está suportado pela documentação técnica e legal disponível. Entretanto, a realização desses créditos depende da manutenção das condições legais e documentais que suportaram seu reconhecimento, da homologação das compensações efetuadas e/ou a efetuar e da não contestação pelas autoridades fiscais dentro dos prazos legais aplicáveis. Eventual interpretação divergente pelas autoridades competentes poderá impactar, de forma reflexa, o valor contábil do investimento, o resultado de equivalência patrimonial, o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Companhia.

7. Provisão para riscos e demandas judiciais

A Companhia, com base na avaliação da Administração e nas informações obtidas junto aos seus assessores jurídicos, não possui, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, processos judiciais ou administrativos, de natureza cível, trabalhista, tributária ou regulatória, em que figure como autora ou ré, cujo desfecho possa gerar obrigação presente ou perda provável.

Dessa forma, não há provisões para riscos e demandas judiciais a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras, tampouco passivos contingentes classificados como perda possível que requeiram divulgação em nota explicativa.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 21.280.000, representado por 21.280.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente detidas pelo MGC Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em Reais)

8. Patrimônio líquido--Continuação

8.1. Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

	Nº de ações	R\$	%
MGC Fundo de Investimento em Participações			
Multiestratégia	21.280.000	21.280.000	100,00
Capital integralizado	21.280.000	21.280.000	100,00

Data	Descrição
02/04/2024	Em 2 de abril de 2024, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 3.000.000, mediante emissão de 3.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 20.100.000 para R\$ 23.100.000.
26/08/2024	Em 26 de agosto de 2024, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.820.000, mediante cancelamento de 1.820.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 23.100.000 para R\$ 21.280.000.

8.2. Destinação do resultado

O resultado do exercício é destinado conforme previsto no estatuto social da Companhia e na legislação societária aplicável.

Quando apurado lucro líquido, sua destinação observará, nessa ordem, a absorção de prejuízos acumulados, quando existentes, a constituição da reserva legal, quando aplicável, e a deliberação dos acionistas quanto à destinação do saldo remanescente, incluindo eventual distribuição de dividendos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo, razão pela qual não houve constituição de reserva legal ou distribuição de dividendos relativos ao exercício.

9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Descrição	2025	2024
Lucro / (Prejuízo) antes das provisões tributárias	(768.020)	278.105
Resultado de equivalência patrimonial	(7.467.314)	(3.115.834)
Perda com distribuição desproporcional de lucros	8.223.989	2.818.529
(=) Base de cálculo	(11.345)	(19.200)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social era de R\$ 79.177 (R\$ 67.832 em 2024). O correspondente crédito tributário de R\$ 26.920 (R\$23.063 em 2024) não foi registrado por ainda não serem atendidas todas as premissas necessárias para o seu reconhecimento.

MGC Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em Reais)

10. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão representados por caixa e equivalentes de caixa, conta capital mantida em cooperativa financeira e mútuo a receber com parte relacionada.

Esses instrumentos são administrados pela Administração com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, acompanhar a realização dos ativos financeiros e mitigar riscos de crédito e liquidez.

10.1. Composição dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os principais instrumentos financeiros ativos da Companhia estavam assim representados:

- Caixa e equivalentes de caixa — R\$ 289 em 2025 e R\$ 135 em 2024.
- Conta capital Sicoob — R\$ 1.557 em 2025 e R\$ 1.399 em 2024.
- Mútuo a receber com parte relacionada — R\$ 1.197.200 em 2025 e R\$ 1.208.900 em 2024.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge ou instrumentos financeiros mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

10.2. Critérios de mensuração

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores disponíveis em instituições financeiras e são apresentados pelos montantes de realização imediata.

A conta capital mantida junto à cooperativa financeira é apresentada pelo valor registrado na respectiva instituição, considerando as condições de realização previstas no estatuto e nos regulamentos aplicáveis à cooperativa.

O mútuo a receber com parte relacionada é apresentado pelo valor contábil, considerando as condições específicas acordadas entre as partes. A operação não possui remuneração pactuada, garantias ou prazo formal de vencimento previamente determinado. Em razão dessas características, suas condições podem não corresponder àquelas que seriam observadas em transações realizadas com terceiros independentes.

A Administração entende que, considerando a natureza e as características dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, os valores contábeis representam a melhor estimativa dos respectivos valores de realização ou liquidação na data-base das demonstrações financeiras.

10. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

10.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas pela inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras nas quais mantém recursos ou saldos a receber.

A exposição da Companhia ao risco de crédito está concentrada, principalmente, no mútuo a receber com parte relacionada e, em menor escala, nos saldos mantidos em instituições financeiras e cooperativa financeira.

A Administração acompanha periodicamente a realização desses saldos, considerando a natureza das contrapartes, as condições pactuadas, a capacidade financeira das partes relacionadas e demais informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas sobre os instrumentos financeiros registrados.

10.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras no vencimento.

A Administração monitora a posição financeira da Companhia e suas necessidades de caixa, considerando os compromissos existentes, a expectativa de realização de ativos, a manutenção de seus investimentos e o suporte financeiro necessário para o curso normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava endividamento financeiro relevante. Suas obrigações estavam substancialmente relacionadas a compromissos operacionais e tributários de curto prazo, monitorados pela Administração.

10.5. Risco de mercado

A Companhia não possui exposição relevante a risco de mercado decorrente de variações de taxas de juros, câmbio ou preços de ativos financeiros negociados em mercado ativo.

O mútuo a receber com parte relacionada não possui remuneração pactuada e, portanto, não está sujeito a variações de taxa de juros contratual. A Companhia também não mantinha instrumentos financeiros derivativos, ativos financeiros de risco relevante ou operações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

10.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge ou transações com finalidade especulativa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.